

COMUNICAÇÃO ORAL

1. Participação juvenil, movimentos sociais e ações coletivas

CONFERÊNCIAS DE JUVENTUDE E INOVAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIA POLÍTICA

Marcelo de Almeida Ferreri

Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe

Bruna Vasconcelos Gonçalves

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe

Raira da Silva Morais

Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe

Esta proposta de trabalho consiste na reflexão sobre o sentido político das conferências de juventude executadas no âmbito da engrenagem participativa da Política Nacional de Juventude (PNJ). Trata-se de pensar o impacto desse recurso de experiência participativa no que concerne à relação do jovem com a política institucionalizada, por um lado, e na confrontação com outras práticas de conferências em política social de outros setores, tais como assistência social, criança e adolescente, saúde e etc, por outro lado. A PNJ é uma medida governamental iniciada por volta de 2004 que pretende beneficiar jovens com políticas de atenção às suas demandas específicas, estabelecendo diretrizes para programas especiais. O conjunto institucional da política para a juventude conta com duas instâncias de participação política: os conselhos de juventude e as conferências de juventude. Os conselhos de juventude têm como instância máxima o Conselho Nacional de Juventude, implantado em 2005, que tem como finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental voltada para a juventude, na forma de política pública, além de fomentar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica juvenil. As conferências de juventude compõem um sistema participativo e integrado de reuniões e plenárias com o intuito de apontar as prioridades de ações e programas a serem desenvolvidos pelo poder público. Esse sistema de conferências é articulado desde conferências locais (municipais e reuniões livres), até conferências de abrangência ampliada (estaduais e nacional), buscando assegurar a participação plural dos jovens em toda essas etapas. A Conferência Nacional deve ser realizada de dois em dois anos e deve ser precedida por todas as outras modalidades. As conferências possuem o caráter de envolver o jovem interessado nas temáticas em pauta para travar um diálogo que gere alternativas para enfrentar os desafios da vida juvenil. Discute temas variados como cidade,

cultura, diversidade, drogas, família, liberdades democráticas, meio ambiente, mídia, política, sexualidade, tempo livre, trabalho e educação, dentre outros. Entendemos que o recurso das conferências destinadas a jovens desperta interesse analítico em dois planos: sobre a expectativa de protagonismo político na PNJ pelos seus beneficiários diante da conturbada relação do jovem com a política institucionalizada, pois a PNJ se diz dependente da consolidação do protagonismo juvenil; sobre o anúncio de inovações metodológicas voltadas à resolutividade, tendo em vista o modo de operar de outras políticas participativas congêneres, o que abre a possibilidade de tomá-la como ponto de análise de outras políticas sociais. Esse último aspecto será debatido especialmente a partir dos procedimentos chamados: votação trinomial, momento interativo e conferências livres. Este estudo provém de pesquisas documentais realizadas em programas de iniciação científicas que contam com apoio do CNPq e da FAPITEC- Sergipe.

PALAVRAS CHAVE: conferências de juventude; protagonismo juvenil; políticas sociais